

Regulamento do PLANO  
ESPECIAL Nº 1 de Aposentadoria  
Suplementar

CNPB Nº 1998.0059-92

## ÍNDICE

1. Da Finalidade .....	3
2. Das Definições .....	3
3. <b>Da Patrocinadora</b> e Participantes .....	3
4. Dos Benefícios.....	5
5. Das Disposições Financeiras.....	5
6. Do Patrimônio do <b>Plano</b> .....	6
7. Do Pagamento e do Reajuste do Benefício de Suplementação	7
8. Da Alteração e <b>da Extinção</b> do <b>Plano</b> .....	8
9. Destinação e Utilização da Reserva Especial .....	9

## CAPITULO I

### Da Finalidade

Art. 1º - Este Regulamento tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações **da Patrocinadora** e dos Participantes, em relação ao Plano Especial nº 1 de Aposentadoria Suplementar, **doravante denominado Plano, administrado pela SantanderPrevi – Sociedade de Previdência Privada, doravante denominada Entidade.**

## CAPITULO II

### Das Definições

Art. 2º - Para efeito de aplicação das normas deste Regulamento, as expressões abaixo relacionadas terão o seguinte significado:

- a) **Benefício Especial de Suplementação:** é o benefício assegurado por este **Plano**, conforme previsto no artigo 4º do presente Regulamento;
- b) **Benefício de Pecúlio por Morte:** é o benefício assegurado por este **Plano**, conforme previsto no artigo 5º do presente Regulamento;
- c) **Benefício de Pensão por Morte:** é o benefício assegurado por este **Plano**, conforme previsto no artigo 6º do presente Regulamento;
- d) **Plano Básico:** é o plano de benefícios administrado pela **Entidade**.

## CAPITULO III

### Da **Patrocinadora** e Participantes

Art. 3º - Para efeito deste Regulamento consideram-se:

- a) **Patrocinadora**
  - o Banco do Estado de Pernambuco S.A., atualmente denominado Banco Bandepe S.A.
- b) Participantes

- os ex-empregados **da Patrocinadora**, admitidos anteriormente a 28.02.1971 doravante denominados “Participantes do Grupo G9”, que não tinham aderido **ao Plano** até 31.12.1998, vindo a fazê-lo diretamente a este Regulamento até 28.12.2000, nos termos do previsto no parágrafo 1º do artigo 9º **deste Regulamento**.

c) Beneficiários

- O cônjuge ou companheiro (a) do Participante, por este indicados, e como tal inscritos no Plano, ou que venham a se inscrever após o seu falecimento.

Considera-se comprovada a condição de companheiro, desde que seja verificada a coabitação, em regime marital, por lapso de tempo superior a 5 (cinco) anos consecutivos, não computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre Participante e mais de uma pessoa.

A existência de filho resultante da associação marital dispensa o período de carência de coabitação para o Companheiro (a).

Fica vedada a inscrição, como Beneficiário deste Plano, de cônjuge que venha a adquirir essa condição a partir de 23/5/2012, data da criação dos Benefícios de Pecúlio por Morte e de Pensão por Morte.

A inscrição de Beneficiário se dá com a sua qualificação declarada e comprovada por documentos hábeis, pelo Participante ou pelo próprio Beneficiário.

Ocorrendo o falecimento do Participante, sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiário, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à da inscrição.

Será cancelada a inscrição do cônjuge como Beneficiário, após a anulação do casamento, ou após a separação legal, em que se torne expressa a perda ou a dispensa, mesmo tácita, da percepção de alimentos.

## CAPÍTULO IV

### Dos Benefícios

Art. 4º - A **Entidade** assegura aos Participantes do **Plano** o Benefício Especial de Suplementação, que constitui uma renda mensal vitalícia, calculada da seguinte forma:

- O Benefício Especial de Suplementação inicial correspondeu ao valor do benefício de suplementação pago diretamente **pela Patrocinadora**, correspondente ao mês imediatamente anterior à data de adesão ao **Plano**.

Art. 5º - A **Entidade** assegura ao Beneficiário dos Participantes do **Plano** o pagamento do Benefício de Pecúlio por Morte, que consistirá no pagamento de uma importância em dinheiro igual ao triplo do salário-real-de-benefício do Participante, este correspondente ao provento da aposentadoria previdencial concedido pela Previdência Oficial, acrescido do Benefício Especial de Suplementação previsto neste Regulamento.

Art. 6º - A **Entidade** assegura ao Beneficiário dos Participantes do **Plano** o pagamento do Benefício de Pensão por Morte, que será concedido, sob forma, de renda mensal, ao Beneficiário do Participante que vier a falecer.

§ 1º - O Benefício de Pensão por Morte será devido a partir da morte do Participante.

§ 2º - O Benefício de Pensão por Morte será composto de 60% (sessenta por cento) do valor do Benefício Especial de Suplementação que o Participante percebia, por força deste Regulamento.

§ 3º - O Benefício de Pensão por Morte será extinto pelo falecimento do Beneficiário.

Art. 7º - A **Entidade** assegura ainda aos Participantes do **Plano** a suplementação do abono anual, que será paga até o mês de dezembro de cada ano, e seu valor corresponderá a tantos 1/12 (um doze avos) do valor do Benefício Especial de Suplementação, ou do Benefício de Pensão por Morte, conforme o caso, correspondente àquele mês, quantos forem os meses em que o destinatário se manteve em gozo do benefício no curso do mesmo ano.

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Financeiras

Art. 8º - A **Patrocinadora** assume a totalidade dos encargos necessários à garantia de concessão dos Benefícios previstos neste Regulamento, estabelecidos pelo Atuário

responsável pelo **Plano**, com base nos compromissos já assumidos com os Participantes.

Art. 9º - A integralização do Fundo devido ao **Plano** foi efetivada pelo **pela Patrocinadora**, em montante equivalente ao valor presente do compromisso relativo ao Benefício Especial de Suplementação dos respectivos Participantes, que, para tanto, formalizaram a adesão expressa aos termos deste Regulamento.

§ 1º - O prazo para adesão dos Participantes ao **Plano** expirou no dia 28.12.2000, sendo vedadas, a partir de então, novas inscrições ao Plano, que assim se configura como um plano em extinção, para uma massa fechada de participantes em gozo de benefício.

§ 2º - A integralização das reservas devidas **ao Plano**, em função da concretização das adesões dos Participantes, foi feita no prazo e nas condições estabelecidas no Contrato de Repasse de Recursos Destinados à Capitalização da **Entidade**, celebrado entre esta e a **Patrocinadora**, com a interveniência do Estado de Pernambuco.

Art. 10- Configurando-se a hipótese de, em avaliação atuarial anual do **Plano**, ser detectada insuficiência de reservas técnicas para os compromissos assumidos, esta deverá ser objeto de equacionamento **pela Patrocinadora** e sujeito à aprovação da autoridade competente, de modo que seja garantido fluxo de caixa suficiente para os compromissos vincendos.

## CAPÍTULO VI

### Do Patrimônio do **Plano**

Art. 11 - A **Entidade** administrará o patrimônio constituído **pela Patrocinadora** para a garantia do **Plano**, de acordo com diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo, desde que em consonância com as disposições legais vigentes ou plano aprovado previamente pelo Conselho Monetário Nacional, segundo condições especiais previstas na legislação em vigor, dada a peculiaridade do patrimônio constituído e respectivo direcionamento especial que deverá nortear as aplicações financeiras das reservas técnicas constituídas no sentido de resguardar e garantir a saúde financeira do Fundo.

Art. 12 - O Conselho Deliberativo **da Entidade** deverá estabelecer política de investimentos do **Plano**, visando buscar uma taxa de retorno de investimentos, no mínimo, equivalente à meta atuarial do Plano, estabelecida no Plano de Custeio Anual. A meta atuarial deverá respeitar à taxa máxima de juro real estabelecida pela autoridade governamental competente.

Art. 13 - Todos os registros contábeis e atuariais relativos ao **Plano**, inclusive os valores de aplicações financeiras e respectivos rendimentos obtidos deverão, impreterivelmente, ser contabilizados e consignados em separado de qualquer outro plano administrado pela

**Entidade**, ficando expressamente vedadas quaisquer transferências interprogramas, bem como pagamentos de qualquer natureza que não estejam expressamente relacionadas aos Benefícios previstos neste Regulamento.

Parágrafo Único - Os administradores da **Entidade** serão solidariamente responsáveis pelo inadimplemento de disposições deste Regulamento, na forma da lei.

Art. 14 - As despesas administrativas do **Plano** são suportadas por fundo administrativo específico constituído por aporte de recursos já integralizado **pela Patrocinadora**.

## CAPITULO VII

### Do Pagamento e do Reajuste do Benefício de Suplementação

Art. 15 - O Benefício Especial de Suplementação e o Benefício de Pensão por Morte do **Plano** serão pagos na mesma data de pagamento fixada para os benefícios concedidos pelo Plano Básico.

Art. 16 - O pagamento do primeiro Benefício Especial de Suplementação a cada Participante deste **Plano** foi realizado no mês **subsequente** ao da respectiva adesão individual, tendo sido precedido da correspondente integralização de reservas **pela Patrocinadora**.

Art. 17 - O último pagamento do Benefício Especial de Suplementação aos Participantes deste **Plano**, será devido no mês do seu falecimento, proporcionalmente à data do óbito.

Art. 18 - O último pagamento do Benefício de Pensão por Morte aos Beneficiários deste **Plano**, será devido no mês do seu falecimento, proporcionalmente à data do óbito.

Art. 19 - Os benefícios previstos neste Regulamento serão reajustados nas épocas em que for majorado o salário mínimo, de acordo com o índice de reajuste adotado para correção dos benefícios do Plano Básico.

Parágrafo Único - Ao Participante que aderiu ao **Plano** em 01.06.1999, será concedido um reajuste extraordinário de 3,78% (três vírgula setenta e oito por cento) retroativo à data da adesão, no primeiro mês **subsequente** à aprovação da alteração deste Regulamento pela autoridade governamental competente. Tal reajuste extraordinário visa, exclusivamente, a recomposição da perda sofrida pelo Participante por ocasião do seu Benefício Especial de Suplementação inicial no **Plano**, calculado conforme o artigo 4º, em virtude do descompasso entre a data do referido cálculo e a data do

último reajuste obtido junto à fonte pagadora anterior.

## CAPITULO VIII

### Da Alteração e da **Extinção** do **Plano**

Art. 20 - O **Plano** somente poderá ser alterado ou **extinto**, por proposta do Conselho Deliberativo **da Entidade**, sujeito à homologação **da Patrocinadora** e aprovação da autoridade governamental competente.

Art. 21 - Na hipótese da **extinção** do **Plano** nenhuma contribuição excedente aos compromissos assumidos na forma deste Regulamento e das normas legais vigentes à época será devida **pela Patrocinadora**.

§ 1º - O ativo líquido do **Plano**, nessa hipótese, será destinado na forma que dispuser a legislação aplicável, garantindo-se aos Participantes do **Plano** privilégio especial sobre os bens garantidores das reservas técnicas.

§ 2º - Após a satisfação dos direitos de todos os Participantes e Beneficiários do **Plano**, havendo sobra de ativo, o Conselho Deliberativo **da Entidade** submeterá à aprovação **da Patrocinadora** proposta de sua destinação, observada a legislação vigente.

## CAPÍTULO IX

### Destinação e Utilização da Reserva Especial

Art. 22 - O disposto neste Capítulo será aplicado para todas as destinações e utilizações de reservas especiais do **Plano**, sejam elas voluntárias ou obrigatórias.

Art. 23 - A reserva especial constituída para revisão do **Plano** será integralmente destinada após decorridos três exercícios da sua constituição, ou, no caso de ter havido revisão voluntária, o seu saldo remanescente.

Art. 24 - Observados os critérios previstos na legislação aplicável e neste Capítulo, o Conselho Deliberativo da **Entidade** disciplinará as medidas, os prazos, os valores e as condições aplicáveis à destinação e utilização da reserva especial constituída para revisão do **Plano**, baseando-se, também, nos registros contidos em Parecer Atuarial específico elaborado pelo Atuário responsável pelo **Plano**, assim como, na Nota Técnica Atuarial, quando aplicável.



§ 1º - As deliberações tomadas acerca de cada destinação de reserva especial específica serão amplamente divulgadas pela **Entidade** aos **Participantes do Plano**, visando o esclarecimento dos critérios específicos adotados em cada oportunidade.

§ 2º - O Parecer Atuarial e a Nota Técnica a que se refere o “caput” deste artigo deverão explicitar os exercícios a que se refere cada destinação ou utilização e observar as previsões contidas na legislação aplicável vigente e neste **Capítulo**, em especial, no que diz respeito às formas de revisão do **Plano**, levando-se em conta, para tanto, a proporção contributiva referida no Parágrafo 3º subsequente e a modalidade em que se estrutura o Plano.

§ 3º - Considerando-se que o **Plano** não conta, nem jamais contou ou contará, com o aporte de contribuições de Participantes, a proporção contributiva a ser considerada para as destinações ou utilizações de reserva especial será sempre de 100% (cem por cento) em favor da Patrocinadora.

Art. 25 - Para os fins deste **Capítulo**, o termo “Participante”, refere-se à massa fechada de Participantes e Beneficiários em gozo de benefício do **Plano**, conforme disposto nas alíneas (b) e (c), do artigo 3º, deste Regulamento.

Art. 26 - Considerando-se a proporção contributiva indicada no Parágrafo 3º do art. 24, o montante da reserva especial objeto da destinação será, como regra geral, atribuível à Patrocinadora. Entretanto, em que pese a referida proporção contributiva observa a legislação de regência, a destinação e a utilização da reserva especial poderá considerar a alocação de valores em favor dos Participantes, desde que haja prévia anuência da Patrocinadora.

Parágrafo Único - A reserva especial constituída para a revisão do **Plano**, a ser utilizada, conforme previsto no art. 28, terá o seu valor distribuído em fundos previdenciais específicos, atribuídos, separadamente, para Patrocinadora e Participantes, conforme o caso.

Art. 27 - A parcela da reserva especial atribuível, de forma global, aos Participantes, quando for o caso, será rateada entre estes, proporcionalmente às respectivas reservas matemáticas individuais, observando-se tratamento isonômico entre eles.

Art. 28- A utilização da reserva especial constituída para a revisão do **Plano**, quando incluir alocação de valores em favor dos Participantes, dar-se-á, no valor que lhe for atribuível, por meio de um abono extraordinário, na forma de prestação única, exigível no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da deliberação do Conselho Deliberativo **da Entidade**, indicada no art. 24 **deste Regulamento**.

§ 1º - Na hipótese de falecimento do Participante, no período entre a data base da

destinação da reserva especial referida no art. 29 e a sua efetiva utilização, os valores a ele atribuíveis serão pagos ao Beneficiário supérstite. Inexistindo Beneficiário, tais valores permanecerão no Plano, sendo revertidos, para o fundo previdencial previsto no Parágrafo Único, do art. 26, atribuível à Patrocinadora.

§ 2º - O abono extraordinário ora previsto terá caráter transitório e não se integrará, sob qualquer hipótese ao benefício de renda mensal.

Art. 29 - Para enquadramento na respectiva categoria, assim como para definição do valor atribuível individualmente a cada Participante, quando for o caso, serão considerados os seus respectivos dados na data de encerramento do último exercício que precedeu a destinação, doravante referida como data base, observados os valores registrados no Parecer Atuarial **específico** mencionado no art.24 **deste Regulamento**.

Art. 30 - Sem prejuízo do disposto no art. 32 **deste Regulamento**, que prevê a hipótese de reversão dos fundos previdenciais, o valor atribuível a cada Participante, individualmente, quando for o caso, será fixado em reais, valor esse que será atualizado pela rentabilidade líquida, positiva ou negativa, auferida pela Entidade nos investimentos do **Plano**, da data base da destinação até o mês que preceder o efetivo pagamento.

Art. 31 - Os valores alocados nos fundos previdenciais a que se refere o Parágrafo Único do art. 26 **deste Regulamento** serão atualizados pela rentabilidade líquida, positiva ou negativa, auferida pela Entidade nos investimentos do **Plano**.

Art. 32 - A utilização da reserva especial será interrompida e o fundo previdencial de Patrocinadora e/ou Participante será revertido total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar calculado nos termos da legislação vigente.

Art. 33 - Observada a legislação de regência, a destinação da reserva especial por meio da reversão de valores, quando este for o caso, estará condicionada à prévia aprovação da autoridade governamental competente.